

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXV

FLORIANÓPOLIS, 10 DE AGOSTO DE 2016

NÚMERO 7.034

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Valdir Cocalchini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Ismael dos Santos

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVÇÃO
(PR E PSB)**
Líder: Patrício Destro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cocalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valdir Cocalchini - Vice-Presidente
João Amin
Milton Hobus
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Nilso Berlanda
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cocalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Milton Hobus
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Neodi Saretta
Dalmo Claro

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Nilso Berlanda
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Milton Hobus
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXV NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL 2 Atos da Mesa 2</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões 6 Permanentes 6 Aviso de Resultado 12 Ofícios 12 Portarias 13 Propostas de Emenda Constitucional 13 Projetos de Lei 14</p>
--	---	---

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 039-DL, de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, no período de 11 a 13 de agosto do corrente ano, a fim de viajar a Montevideú, Uruguai, com o objetivo de participar de sessão da União de Parlamentares e do Mercosul (UPM).
PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, de agosto de 2016.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - 1º Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO KENNEDY NUNES

Excelentíssimo Senhor
Deputado Gelson Merisio
Presidente da Alesc
Nesta Assembleia

Of. GKN/112/16 Florianópolis, 04 de agosto de 2016.

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, acatando determinação do excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes, solicito a Vossa Excelência autorização para o mesmo se ausentar do país, nos dias 11 a 13 de agosto do corrente ano, quando estará em viagem a Montevideú - Uruguai.

Tendo como objetivo participar da sessão da União de Parlamentares e do Mercosul - UPM.

Limitado ao exposto e, contando com o seu deferimento, aproveito a oportunidade para reiterar votos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Custódio de Souza
Chefe de Gabinete

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/16

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 381, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR o Ato da Mesa nº 326, de 30 de junho de 2016, que concedeu licença para concorrer a cargo eletivo no pleito eleitoral de 2016 ao servidor IVENS ANTONIO SCHERER, matrícula 1678.

Art. 2º O servidor deverá compensar o período em que ficou afastado em razão da licença ou providenciar o ressarcimento aos cofres públicos quanto à remuneração percebida no período em que esteve afastado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor a partir de 6 de agosto de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 382, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR o Ato da Mesa nº 331, de 1º de julho de 2016, que concedeu licença para concorrer a cargo eletivo no pleito eleitoral de 2016 ao servidor CELIO ANTONIO, matrícula 2152.

Art. 2º O servidor deverá compensar o período em que ficou afastado em razão da licença ou providenciar o ressarcimento aos cofres públicos quanto à remuneração percebida no período em que esteve afastado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor a partir de 2 de agosto de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 383, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições e nos termos do parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 16 da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010*

CONSTITUIR Comissão de Sindicância Investigativa, integrada pelos servidores **DANIELE DE MIRANDA SILVA**, matrícula nº 7209, que presidirá os trabalhos, **NADIA MAKHOUL NEVES**, matrícula nº 1609, e **DANIEL ADRIANO MAFRA**, matrícula nº 7275, com os encargos de, no prazo de 30 (trinta dias), apurar eventuais danos patrimoniais, razão de furto ou perda de gravador digital, Patrimônio deste Poder nº 000.44728.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 384, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **JULIANA STADNIK DE LIMA**, matrícula nº 7212, da função de Assessoria técnica-administrativa - Apoio a Averbção de Documentação, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 385, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **JULIANA STADNIK DE LIMA**, matrícula nº 7212, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Controle de Processos e Movimentação de Servidores, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 386, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **MARIA MARCON CORREA**, matrícula nº 2573, da função de Chefia de Seção - Apoio Operacional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 387, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **MARIA MARCON CORREA**, matrícula nº 2573, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Função de Assistência Técnica da Diretoria Geral, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 388, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **ROSANA PIO SILVEIRA**, matrícula nº 1872, da função de Chefia de Seção - Apoio Administrativo e de Controle de Estágios, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DA - Diretoria Administrativa).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 389, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **MARIA SALETE WILLEMANN**, matrícula nº 1145, da função de Chefia de Seção - Suporte Técnico, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (CGP - Secretaria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 390, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **SONIA VALDIRA DE CARVALHO BERNARDES**, matrícula nº 1105, da função de Assistência técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DL - CC - Comissão de Pesca e Aqüicultura).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 391, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **ARACI FRANCISCA DA SILVA**, matrícula nº 4991, da função de Assistência técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DL - CC - Comissão de Ética e Decoro Parlamentar).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 392, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **RITA AMALIA MACEDO GIOMBELLI**, matrícula nº 1927, da função de Assistência Técnica da Diretoria-Geral, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 393, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **SABRINA ROBERTA SCHMITZ**, matrícula nº 4341, da função de Assessoria técnica-administrativa - Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 394, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **SABRINA ROBERTA SCHMITZ**, matrícula nº 4341, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Organização de Roteiros para Revisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 395, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ROSANA BRASCA CAJUELLA**, matrícula nº 2020, do cargo de Coordenador de Eventos, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2016 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 396, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **ROSANA BRASCA CAJUELLA**, matrícula nº 2020, da Comissão Legal - Avaliação de Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, a contar de 1º de agosto de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 397, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **DIOGENES DOMINGOS GRIGOLO**, matrícula nº 1722, da função de Assistência técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 398, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **JUCELIA CLARA DA SILVA**, matrícula nº 7242, da função de Assessoria técnica-administrativa - Suporte Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DA - Diretoria Administrativa).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 399, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **JUCELIA CLARA DA SILVA**, matrícula nº 7242, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Apoio Administrativo e de Controle de Estágios, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DA - Diretoria Administrativa).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 400, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **ALINE COVOLO RAVARA**, matrícula nº 7185, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DL - CC - Comissão de Direitos Humanos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 401, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **CLAUDIA FERNANDES DE SOUZA**, matrícula nº 7183, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2016 (DL - CC - Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 402, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 852/2016,

RESOLVE: de acordo com o artigo 90, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, com fulcro na redação dada pela Lei nº 7.373/88, e nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **CLAUDIA FERNANDES DE SOUZA**, matrícula nº 7183, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-26, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

19,17% (dezenove vírgula dezessete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3; e 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5, totalizando 20% (vinte por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, 1º de agosto de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 403, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1762/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **VERA LUCIA CALAZANS BORGES**, matrícula nº 2013, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 10% (dez por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, que adicionado aos 90% (noventa por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3; concedidos anteriormente pelos Atos da Mesa nº 735/2012, nº 688/2014 e nº 125/2016, totalizam 100% (cem por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 404, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2103/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 c/c o art. 7º da EC nº 41/2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **RITA AMALIA MACEDO GIOMBELLI**, matrícula nº 1927, no cargo de Analista Legislativo III, habilitação Nível Superior, código PL/ALE-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de setembro de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 405, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1816/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **FABIO FIGUEIREDO RIBEIRO**, matrícula nº 1150, no cargo de Analista Legislativo III, habilitação Nível Superior/Médico, código PL/ALE-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de agosto de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 406, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1333/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **RAQUEL NACK NUNES**, matrícula nº 1333, no cargo de Analista Legislativo II, habilitação Nível Médio, código PL/ALE-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de setembro de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 407, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1973/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012,

CONCEDER APOSENTADORIA por invalidez permanente, ao servidor **PAULO ROBERTO HERBST**, matrícula nº 1540, no cargo de Analista Legislativo II/ habilitação Nível Médio, código PL/ALE-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de setembro de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 408, de 10 de agosto de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1686/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ATRIBUIR ao servidor **WILLIAN GIL MARTINS**, matrícula nº 7356, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 23 de junho de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 409, de 10 de agosto de 2016

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0949 -1138		
Elemento/Fonte	31.90.11 - 100		R\$5.000.000,00
TOTAL		R\$5.000.000,00	

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0949 -1138		
Elemento/Fonte	31.90.12 - 100		R\$5.000.000,00
TOTAL		R\$5.000.000,00	

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 410, de 10 de agosto de 2016

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0002 -1144		
Elemento/Fonte	33.90.39 - 300		R\$6.500.000,00
TOTAL		R\$6.500.000,00	

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados na atividade abaixo discriminada, os seguintes elementos de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0002 -1144		
Elemento/Fonte	33.90.37 - 300		R\$2.500.000,00
Elemento/Fonte	33.90.46 - 300		R\$4.000.000,00
TOTAL		R\$6.500.000,00	

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado Natalino Lázare, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Agricultura e Política Rural, referente à 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Natalino Lázare, José Milton Scheffer, Dirceu Dresch, Gabriel Ribeiro e Cesar Valduga. Foram justificadas as ausências dos seguintes Deputados: Manoel Mota e Mauro de Nadal. Havendo quórum regimental, o senhor **Presidente** abriu a reunião e fez a leitura do seguinte expediente: **Ofício Nº 93/2016**, da Câmara Municipal de Vereadores de Jaraguá do Sul, que encaminha moção de apelo nº 9/2016. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Cesar Valduga** que relatou o **PL./0316.7/2015**, de autoria do Deputado Gabriel Ribeiro, que "Dispõe sobre a Produção e Comercialização do Queijo Artesanal Serrano no Estado de Santa Catarina", exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A seguir, o senhor **Presidente** relatou o **PL./0564.0/2015**, de autoria do Deputado Manoel Mota, que "Dispõe sobre a Exclusiva Denominação de Polvilho Azedo no Estado de Santa Catarina", para o qual foi concedido o pedido de vistas em gabinete ao Senhor Deputado José Milon Scheffer. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Gabriel Ribeiro** que relatou o **Ofício nº 0323.2/2016**, que "Encaminha Documentação para Manutenção do Título de Reconhecimento de Utilidade Pública da Associação Rural de Lages", referente ao exercício de 2015, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por. Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente** agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião.

E para constar, eu, secretária da Comissão, Michelli Burigo Coan da Luz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Estadual Natalino Lázare
Presidente
*** X X X ***

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e seis de julho de dois mil e dezesseis, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, sob a Presidência do Senhor Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se na Sala das Comissões, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Fábio Flor, Altair Silva, José Nei Ascari, Valdir Cobalchini, Narcizo Parisotto, Deputada Luciane Carminatti e Ricardo Guidi. O Deputado Marcos Vieira justificou sua ausência. O Deputado **Fábio Flor** relatou as seguintes proposições: **PL/0043.1/2016**, de autoria do Deputado Valmir Comin, que dispõe sobre o dever de os asilos, casas de repouso ou clínicas de repouso, que abriguem idosos e as creches, públicas ou privadas, instalarem e manterem em funcionamento circuito de câmeras de segurança, exarou parecer pelo apensamento ao **PL/0041.0/2016**, que posto em discussão, foi cedido vistas aos Deputados Valdir Cobalchini e Narciso Parisotto. **PL/0559.2/2011**, de autoria do Deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação Vencedores do Amanhã, de Florianópolis, exarou parecer pela aprovação da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0169.3/2016**, de autoria do Deputado Valmir Comin, que institui o Selo "Santa Catarina por uma Nova Vida", destinado ao reconhecimento daqueles que contribuem para o aumento do número de doadores de órgãos e tecidos para o desenvolvimento técnico-científico em transplantes, exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Valdir Cobalchini. O **Deputado Altair Silva** relatou a seguinte proposição: **PL/0190.0/2016**, exarou parecer pelo apensamento ao **PL/0192.2/2016** e diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e

votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascarí** relatou as seguintes proposições: **PL/0219.7/2016**, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que dispõe sobre o Licenciamento Eletrônico de Veículos (LEV), exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Segurança Pública e ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Devolveu voto vista do **PL/0039.5/2016**, concordando com o voto do relator Deputado Fábio Flor, que exarou parecer favorável com emenda modificativa e supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0037.3/2016**, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como "autos de resistência", "resistência seguida de morte", em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime, em todo Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete à Deputada Luciane Carminatti. O **Deputado Valdir Cobalchini** relatou as seguintes proposições: **PL/0041.0/2016**, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e manutenção de sistema de segurança, baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no âmbito do Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Saúde e à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0131.0/2016**, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a proibição, na definição do prazo de marcação de consultas, exames e outros procedimentos, de discriminação ou diferenciação entre o paciente coberto por plano ou seguro privado de assistência à saúde e o paciente custeado por recursos próprios, exarou parecer pelo diligenciamento ao Departamento de Defesa ao Consumidor - PROCON e à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0132.1/2016**, de autoria do Deputado Luis Fernando Vampiro, que dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento nos estabelecimentos prestadores de serviço de tosa e banho em animais domésticos de pequeno e grande porte e adota outras providências, exarou parecer pelo diligenciamento ao Departamento de Defesa ao Consumidor - PROCON/SC, Secretaria de Estado da Casa Civil e à Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas - FCDL/SC, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0206.2/2016**, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que dispõe sobre a publicação da lista de medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0207.3/2016**, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que dispõe sobre o dever de informação prévia, quanto à disponibilidade dos medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Narcizo Parisotto** relatou as seguintes proposições: **PL/0489.5/2015**, de autoria do Deputado Gabriel Ribeiro, que institui o Selo Empresa Sustentável no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer pelo arquivamento da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0183.1/2016**, de autoria do Deputado Serafim Venzon, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais, que especifica a indicar nos cardápios o teor de sódio nos alimentos e adota outras providências, exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0202.9/2016**, de autoria do Deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Recreativa Cultural Benfica, de Lacerdópolis, exarou parecer pela aprovação da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou as seguintes proposições: **PL/0188.6/2016**, de autoria do Deputado Valmir Comin, que institui a Central de Inclusão Social para pessoas em situação de rua, exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Assistência Social e ao Conselho Estadual de Assistência Social, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OF/0528.2/2016**, de autoria de Entidade Social, que solicita a

alteração da Lei que declara de utilidade pública, o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), de Chapecó, exarou diligenciamento à Entidade Social, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Ricardo Guidi** relatou as seguintes proposições: **PL/0454.5/2015**, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que institui o Banco de Remédios Doados no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer pelo diligenciamento à Universidade do Extremo Sul Catarinense -UNESC, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0120.8/2016**, de autoria do Deputado Cleiton Salvaro, que dispõe sobre a instalação de bloqueador de ar, mediante solicitação do consumidor, pelas empresas concessionárias do serviço de abastecimento de água no âmbito do Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo apensamento ao **PL/0056.6/2015**, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0098.5/2016**, de autoria do Deputado Gean Loureiro, exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou extrapauta o **PL/0577.4/2015**, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que altera a ementa e o art. 1º, da Lei nº 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela aprovação da matéria, haja visto que o Deputado Silvio Dreveck devolveu seu voto vista, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer da relatora. **PL/0531.1/2015**, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 8º da Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências, exarou parecer voto vista pelo diligenciamento ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, haja visto que o Deputado Marcos Vieira devolveu sua relatoria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascarí** relatou extrapauta a **PEC/0001.0/2015**, de autoria do Deputado Antônio Aguiar e outros, que acrescenta artigo na Constituição do Estado de Santa Catarina, disciplina a devolução espontânea de recursos financeiros do duodécimo do Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas ao Poder Executivo, exarou parecer pela rejeição da matéria, haja visto que os Deputado Narcizo Parisotto e a Deputada Luciane Carminatti devolveram seus votos vista, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com o voto contrário da Deputada Luciane Carminatti. O **Deputado Ricardo Guidi** relatou extrapauta o **PL/0376.8/2015**, de autoria do Deputado Valmir Comin, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços contínuos estenderem o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes, exarou parecer favorável da matéria com emenda modificativa, haja visto que o Deputado José Nei Ascarí devolveu seu voto vista, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** não teve proposições para relatar. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala de Reunião das Comissões, 26 de julho de 2016.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** XXX **

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia 02 de agosto de dois mil e dezesseis, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, sob a Presidência do Senhor Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se na Sala das Comissões, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: João Amin, Altair Silva, José Nei Ascarí, Ricardo Guidi, Dirceu Dresch, substituindo a Deputada Luciane Carminatti Narcizo Parisotto e Valdir Cobalchini. O Deputado Marcos Vieira justificou sua ausência. O Deputado **João Amin** relatou as seguintes proposições: **PL/0123.0/2016**, de autoria do Deputado Patrício Destro, que dispõe sobre a apresentação de artistas locais na abertura ou encerramento de eventos musicais de âmbito nacional e internacional no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e à

Procuradoria Geral do Estado, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OF/0087.9/2016**, de autoria de Entidade Social, que solicita a alteração da denominação e sede do Centro Espírita Tereza de Jesus (Lar dos Velinhos de Zulma), exarou parecer pelo diligenciamento à Entidade Social, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0077.0/2011**, de autoria do Deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a prestação de assistência especial a parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência ou patologia crônica, exarou parecer pela admissibilidade da matéria com emenda substitutiva global, haja visto que o Deputado João Amin devolveu o voto vista sem manifestação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Altair Silva** relatou as seguintes proposições: **PL/0117.2/2015**, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que veda a cobrança de taxa de orçamento, no caso de instalação e manutenção de produto com garantia, pelas oficinas autorizadas de assistência técnica no Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0196.6/2016**, de autoria do Deputado Antonio Aguiar, que inclui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina, a Festa Nacional do Pirão no município de Barra Velha, exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0197.7/2016**, de autoria do Deputado Antonio Aguiar, que altera a Lei nº 13.316, de 2005, que institui a meia entrada para pessoas portadoras de deficiências nos estabelecimentos culturais, esportivos, de lazer e entretenimento, exarou parecer pelo apensamento ao **PL/0205.1/2016**, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0201.8/2016**, de autoria do Deputado Patrício Destro, que reconhece o município de Apiúna, como Capital Catarinense da Tangerina, exarou parecer pela aprovação com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **PL/0369.9/2015** foi redistribuído ao Deputado José Nei Ascari. O **Deputado José Nei Ascari** relatou as seguintes proposições: **PL/0128.5/2013**, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que assegura aos usuários dos estabelecimentos de saúde, informação sobre os profissionais escalados para prestação de serviço, exarou requerimento de encaminhamento solicitado pela Comissão de Constituição e Justiça, para encaminhar à Comissão de Direitos Humanos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0225.5/2016**, de autoria do Deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre o horário de funcionamento das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMIs), exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0229.9/2016**, de autoria do Deputado Gabriel Ribeiro, que dispõe sobre o Núcleo de Apoio às Feiras de Produtos Orgânicos no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Ricardo Guidi** não teve proposições para relatar. O Deputado Roberto Salum substituiu o Deputado João Amin na reunião. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou as seguintes proposições: **PL/0208.4/2016**, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação contra a gripe dos professores e funcionários da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo apensamento ao **PL/0190.0/2016** e **PL/0192.2/2016**, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0209.5/2016**, de autoria do Deputado Natalino Lázare, que declara de utilidade pública a Fundação Aury Luiz Bodanese (ALB), de Chapecó, exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0214.2/2016**, de autoria do Deputado Neodi Sareta, que institui a Semana Estadual para Conscientização e Apoio aos Portadores das Doenças de Parkinson e de Alzheimer no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OF/0201.4/2016**, de autoria de Entidade Social, que solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Escola de Voleibol Kípios (Quirios), de Xanxerê, exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Narcizo Parisotto** não relatou proposições. O **Deputado Valdir Cobalchini** relatou as seguintes proposições: **PL/0079.2/2016**, de autoria do Deputado Fernando Coruja e outros, que institui a Tabela Complementar do SUS

Nacional, para o fim de obtenção de prestação de serviços privados de pessoas físicas ou jurídicas na área da saúde e adota outras providências, exarou parecer pela aprovação da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0042.0/2016**, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia, para instituições beneficentes, que as transformam em cadeiras de rodas ou em outras utilidades para pessoas necessitadas, exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0057.7/2016**, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que proíbe as operadoras de telefonia móvel instaladas no Estado de Santa Catarina de interromperem a conexão dos usuários à Internet em razão do simples esgotamento da franquia contratualmente estipulada, exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0096.3/2016**, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a reparação de calçadas e vias públicas danificadas em razão da implantação ou manutenção de serviços afetos a empresas concessionárias de serviços públicos e adota outras providências, exarou parecer pelo diligenciamento à Federação Catarinense de Municípios - FECAM, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou extrapauta o **PL/0047.5/2016**, que garante a participação de 50% (cinquenta por cento) de cada sexo nos conselhos de controle social do Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete à Deputada Luciane Carminatti. O **Deputado Valdir Cobalchini** relatou extrapauta as seguintes proposições: **PL/0180.9/2016**, de autoria do Deputado Fábio Flor, que visa dar mais efetividade à atuação das Guardas Municipais no Território catarinense, adequando o que dispõe a Lei Federal nº 10.826 de 2003, às características do Estado de Santa Catarina, devolveu o voto vista sem manifestação, com a relatoria do Deputado Altair Silva pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete aos Deputados José Nei Ascari e João Amin. **PL/0169.3/2016**, de autoria do Deputado Valmir Comin, que institui o Selo "Santa Catarina por uma Nova Vida", destinado ao reconhecimento daqueles que contribuem para o aumento do número de doadores de órgãos e tecidos, para o desenvolvimento técnico-científico em transplantes, devolveu o voto vista sem manifestação, com a relatoria do Deputado João Amin, que exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou a seguinte proposição: **OF/0495.0/2015**, de autoria de Entidade Social, que encaminha documentação da Associação Comunitária de Bombeiros de Tangará, solicitando a elaboração de projeto de lei de declara de utilidade pública, exarou diligenciamento à Entidade Social, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, relatou extrapauta as seguintes proposições: **PL/0150.3/2016**, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.517 de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e estabelece outras providências, exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete à Deputada Luciane Carminatti. **PLC/0011.0/2016** de autoria do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público, exarou parecer pela aprovação da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 02 de agosto de 2016.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às onze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência da senhora Deputada Ana Paula Lima, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, referente à 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados (as): Ana Paula

Lima, Dr. Vicente Caropreso, Dalmo Claro, Fernando Coruja, Júlio Ronconi e José Milton Scheffer. Havendo quórum regimental, a Deputada Ana Paula Lima abriu a reunião e submeteu à apreciação a Ata da 8ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. A presidente Deputada Ana Paula Lima informou o cancelamento da vinda dos representantes da Associação de Medicamentos do Estado do Rio Grande do Sul (ADIMERS), que iriam fazer uma explanação sobre a precificação de medicamentos conforme aprovado na última reunião, em razão de convocação do Secretário de Estado da Saúde para tratar do mesmo assunto. CORRESPONDÊNCIAS E OUTROS DOCUMENTOS RECEBIDOS: A presidente Deputada Ana Paula Lima informou o recebimento das respostas da Secretaria de Estado da Saúde aos seguintes Pedidos de Informação: **061.0/2016**, sobre o montante de recursos aplicados no cofinanciamento da Atenção Básica; **062.0/2016**, sobre o montante da dívida com os municípios em relação aos cofinanciamentos da Atenção Básica; **068.6/2016**, sobre a Lei Estadual nº 16.159/2013, que trata do repasse destinado a consultas e exames de média e alta complexidades; **069.7/2016**, quanto ao INVESTSAÚDE, sobre a existência de plano na agenda anual de saúde de 2016, aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde, para alocação de recursos; **073.3/2016**, sobre o estágio atual das cirurgias eletivas em Santa Catarina (deliberação nº 182 da CIB, planejamento para sanar demanda reprimida e quantidade de cirurgias realizadas); **081.3/2016**, sobre a quantidade de mamógrafos instalados e em funcionamento e a quantidade de exames de mamografia realizados por mês, na rede pública e conveniada, em mulheres nas faixas etárias 40 a 49 anos e 50 a 69 anos. Em seguida, a presidente Deputada Ana Paula Lima informou que a Lei Maria da Penha completaria 10 anos na semana seguinte e solicitou o apoio da Comissão para a confecção de adesivos para a Campanha Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em parceria com o Governo do Estado, com os dizeres “Não denunciar a violência também é crime, ligue 180”, que posto em votação foi aprovada por unanimidade. MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS AOS RELATORES: A Deputada Ana Paula Lima relatou as seguintes proposições: Ofício nº **0300.6/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, de Florianópolis, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0322.1/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Catarinense Anjos do Peito, de Brusque, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0337.8/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da FAHECE - Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON, de Florianópolis, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0339.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Amigos do Hospital Santa Isabel (AMABEL), de Blumenau, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0348.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Carmelita de Assistência Social e Desenvolvimento, de Rio dos Cedros, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0382.2/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital e Maternidade Dom Joaquim, de Brusque, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0400.9/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Santa Catarina, de Blumenau, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0427.9/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Renal Vida, de Blumenau, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0526.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de São João Batista, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0578.1/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cruz Vermelha, filial do Município de Navegantes, referente ao exercício de 2015, que postos em discussão em votação, foram aprovados por unanimidade. Em seguida, o Deputado Fernando Coruja apresentou

voto vista favorável com emenda substitutiva global ao Projeto de Lei nº **0112.8/2015**, de autoria do Deputado Natalino Lázare, que dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar especial para alunos com restrições alimentares, no Estado de Santa Catarina. Posto em discussão, o Deputado Dr. Vicente Caropreso perguntou se já existe Lei Federal que obrigue tal função. Em resposta, o Deputado Fernando Coruja confirmou a existência da legislação e destacou que, dentro da lógica de uma lei programática, que chama a atenção, foi proposto o substitutivo para que qualquer profissional de saúde qualificado possa prescrever a dieta, desde que acompanhado de nutricionista como a lei prevê. O Deputado Dr. Vicente Caropreso citou o excesso de leis existentes no país e justificou o seu voto contrário simbólico, por já haver uma lei que normatiza a situação. Com a palavra, o Deputado Fernando Coruja concordou que deve haver uma lógica legislativa, mas que compete à Comissão de Saúde apenas a discussão do mérito do projeto, cabendo à Mesa ou à CCJ o não prosseguimento. Posto em votação, o voto vista ao PL nº 112.8/2015 foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Dr. Vicente Caropreso. O Deputado Fernando Coruja também apresentou parecer com emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº **0315.6/2015**, de autoria do Deputado Patrício Destro, que altera a Lei nº 10.309, de 1996, que institui a gratuidade para a realização de laqueadura tubária e vasectomia, nos hospitais e maternidades públicas estaduais e/ou conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) e adota outras providências. Ato contínuo destacou que o projeto prevê a afixação de cartazes, em local visível e de fácil acesso, informando a gratuidade da oferta do medicamento contraceptivo e do procedimento cirúrgico quando clinicamente recomendado e sugeriu que seja feito um estudo para que a divulgação possa ser feita de maneira mais eficaz, utilizando as redes sociais, por exemplo. Posto em discussão, o Deputado Dalmo Claro solicitou vistas em gabinete. Com a palavra, o Deputado José Milton Scheffer propôs que a Comissão de Saúde faça um levantamento dos projetos semelhantes, consolidando essa legislação, propondo critérios ou medidas alternativas. A presidente Deputada Ana Paula Lima justificou a ausência do Deputado Cesar Valduga que estaria participando de reuniões com pequenos produtores no oeste do estado. Em seguida, o Deputado Dalmo Claro relatou as seguintes proposições: Ofício nº **0069.7/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Joinville, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0288.5/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária Saúde de Canoinhas, referente ao exercício de 2015, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Na sequência o Deputado José Milton Scheffer relatou as seguintes proposições: Ofício nº **0282.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0283.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico Social Rural São Sebastião, de Treze de Maio, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0329.8/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Imbituba, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0354.9/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação das Voluntárias do Hospital São Roque de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0355.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Braço do Norte, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0525.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Urussanga, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0549.7/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Santé, de Florianópolis, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0551.1/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de

utilidade pública da Associação Mantenedora Amigos do Hospital de Timbé do Sul, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0552.2/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital de Caridade São Roque, de Morro da Fumaça, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0553.3/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital São Roque de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0614.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Hospitalar Santa Otília, de Orleans, referente ao exercício de 2015, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Em seguida, o Deputado Júlio Ronconi relatou as seguintes proposições, com parecer pela aprovação: Ofício nº **0010.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, de Santo Amaro da Imperatriz, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0265.9/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Senhora de Lourdes, de Governador Celso Ramos, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0345.8/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas (APOCA), em Canoinhas, referente ao exercício de 2015; e as seguintes proposições com requerimento de diligência: Ofício nº **0117.9/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital de Caridade São Braz, de Porto União, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0524.9/2015**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar Dom Joaquim, de Sombrio, referente ao exercício de 2014; Ofício nº **0270.6/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer Regional de Gravatal, referente ao exercício de 2015, que postos em discussão, foram aprovados por unanimidade. Por fim, o Deputado Dr. Vicente Caropreso relatou o Projeto de Lei nº **0109.2/2015**, de autoria do Deputado Fernando Coruja, que dispõe sobre a distribuição gratuita de análogos da insulina aos portadores de diabetes inseridos em programas de educação para diabéticos. Em discussão, a palavra foi passada ao Deputado Dalmo Claro, que lembrou que a Secretaria de Saúde já paga centenas de ações judiciais a respeito dos análogos da insulina e arca com custos de defesa das ações no Tribunal de Justiça, as compras são feitas em caráter de simples tomada de preço, sem previsibilidade para o ano. O Deputado Júlio Ronconi contou sua experiência pessoal com um familiar diabético e parabenizou a iniciativa da proposição. O Deputado Fernando Coruja explanou sobre a evolução da insulina e destacou que o objetivo da proposta não é oferecer análogos a todos que precisam de insulina, considerando que a maioria das pessoas pode ser atendida com as insulinas humanas comuns. A presidente Deputada Ana Paula Lima demonstrou preocupação com o crescente número de diabéticos no país, se manifestou favorável à proposição e passou a palavra aos convidados: o vereador Paulo Henrique Lúcio e a Presidente da Associação de Diabéticos Infante Juvenil de Tubarão, Adriana da Rosa, ambos de Tubarão, que explanou sobre o trabalho da entidade e relatou a falta de análogos de insulina desde dezembro para pacientes com ação judicial. Posto em votação, o Projeto de Lei nº **0109.2/2015** foi aprovado por unanimidade. Como encaminhamento, a presidente Deputada Ana Paula Lima propôs que a comissão encaminhe moção para que a Secretaria de Saúde cumpra as medidas judiciais e forneça as insulinas análogas. Nada mais havendo a tratar, a Deputada Ana Paula Lima agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, secretária da Comissão, Jéssica Camargo Geraldo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada Ana Paula Lima

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Dalmo Claro, Dirceu Dresch, Gabriel Ribeiro, Ivan Naatz e José Milton Scheffer. O Deputado Gean Loureiro foi substituído pelo Deputado Fernando Coruja. O Deputado Patrício Destro justificou sua ausência através de ofício. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 16ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavras aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0065.7/2016, revoga a Lei nº 16.005, de 2013, que disciplina a taxa de conveniência e a taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela internet, telefone ou meios similares no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0540.2/2013, dispõe sobre o uso do Dispositivo de Segurança Preventiva (DSP), mais conhecido como Botão do Pânico, em vítimas de violência doméstica e familiar e estabelece outras providências, seu parecer foi contrário ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Fernando Coruja** apresentou o relatório proferido pelo Deputado Gean Loureiro ao PL./0119.4/2016, institui a Campanha Geração Atitude, no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Deputado Antônio Aguiar. O **Deputado Fernando Coruja** apresentou o relatório proferido pelo Deputado Gean Loureiro ao PL./0325.8/2015, dispõe sobre a inclusão da carne de Tilápia produzida e processada industrialmente no Estado de Santa Catarina na merenda escolar das escolas da Rede Estadual de Ensino, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **Os Deputados Marcos Vieira, Dirceu Dresch e Antônio Aguiar**, devolveram sem manifestação seus pedidos de vistas em Gabinetes ao PLC/0024.4/2015, posto em votação foi aprovado por unanimidade o parecer do voto vista do Deputado José Milton Scheffer, com abstenção dos Deputados Antônio Aguiar, Dirceu Dresch e Fernando Coruja. O **Deputado Antônio Aguiar** devolveu sem manifestação seu pedido de vista em gabinete ao PL./0371.3/2013, posto em votação foi aprovado por unanimidade o parecer do Dirceu Dresch. **Os Deputados Fernando Coruja e Dirceu Dresch** devolveram sem manifestação seus pedidos de vistas em gabinete ao PL./0303.2/2015, posto em votação foi aprovado por unanimidade com abstenção do Deputado Fernando Coruja. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o OF./0001.9/2015, que encaminha o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2014 e o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2014, do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao ofício, posto em discussão foi cedido vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Fernando Coruja. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, seis de julho de dois mil e dezesseis.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte de julho de dois mil e dezesseis, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Dalmo Claro, Dirceu Dresch, Gabriel Ribeiro e José Milton Scheffer. O Deputado Gean Loureiro foi substituído pelo Deputado Fernando Coruja. O Deputado Ivan Naatz justificou sua ausência através de ofício. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 17ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavras

aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PRS/0009.0/2016 que dispõe sobre a criação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina do programa Pedalec, seu parecer foi pelo Diligenciamento à Mesa Diretora da ALESC, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0530.0/2015, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios assegurarem ao consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido, o direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto com emenda substitutiva global aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, posto em discussão foi cedido vista em gabinete aos Deputados Antônio Aguiar e Dirceu Dresch. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0300.0/2015, que altera o art. 59 da Lei nº 6.320, de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto com emenda modificativa apresentada na Comissão de Saúde, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gabriel Ribeiro** relatou o PL./0126.3/2016, que fixa o valor do vale-alimentação no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao Diligenciamento à matéria, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Antonio Aguiar** devolveu sem manifestação seu pedido de vistas em gabinete ao PL./0119.4/2015, posto em votação foi aprovado por unanimidade o parecer do Deputado Gean Loureiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte de julho de dois mil e dezesseis.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e sete de julho de dois mil e dezesseis, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Dalmo Claro, Dirceu Dresch, Gabriel Ribeiro, Ivan Naatz, José Milton Scheffer e Patrício Destro. O Deputado Gean Loureiro foi substituído pelo Deputado Fernando Coruja. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 18ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavras aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Patrício Destro** relatou o PL./0248.1/2015, que dispõe sobre a proibição da venda de tricloroetileno e de antirrespingo de solda a menores de 18 (dezoito) anos de idade em todo o Território do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete aos Deputados Antônio Aguiar e Dirceu Dresch. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou o PL./0109.2/2015, que dispõe sobre a distribuição gratuita de análogos da insulina aos portadores de diabetes inseridos em Programas de educação para diabético, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** devolveu sem manifestação seu pedido de vista ao PL./0530.0/2015. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0366.6/2015, que altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete aos Deputados Ivan Naatz e Dirceu Dresch. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e sete de julho de dois mil e dezesseis.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Serafim Venzon, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Serafim Venzon, Manoel Mota, Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Natalino Lázare, Nilso Berlanda foi substituído pelo Senhor Deputado Maurício Eskudlark. O Senhor Deputado Ivan Naatz apresentou justificativa pela sua ausência através do Ofício nº 170/2016. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Na sequência o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação da Ata da 11ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Pela pauta pré-estabelecida na Reunião anterior, passou à palavra ao Senhor Deputado Fernando Coruja que passou a relatar: **PL./0303.2/2015** - que "Altera o art. 1º da Lei nº 11.647, de 2000, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos servidores públicos civis e militares ativos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e adota outras providências", apresentando como voto vista duas Emendas Supressivas. Ao Senhor Deputado Dirceu Dresch que relatou seu voto vista sobre a mesma matéria, requerendo Diligência a vários órgãos da Administração Pública Estadual, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Deputado Fernando Coruja que passou a relatar: **PLC/0024.4/2015** - que "Autoriza o chefe do Poder Legislativo a dispor sobre a retribuição financeira dos inativos referidos na Lei Complementar nº 380, de 2007, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança no Estado", devolvendo seu pedido de vista em Gabinete, sem manifestação; Ao Senhor Deputado Dirceu Dresch que relatou seu voto vista sobre a mesma matéria sem manifestação, acompanhando o voto do relator, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Manoel Mota que passou a relatar: **OFÍCIO Nº 0386.6/2016** - que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (**SATC**), de Criciúma, referente ao exercício de 2015", exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OFÍCIO Nº 0380.0/2016** - que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Conferência São José da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Criciúma, referente ao exercício de 2015", exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OFÍCIO Nº 0313.0/2016** - que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Espírita Amor e Humildade do Apóstolo, de Florianópolis, ao exercício de 2015", exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OFÍCIO Nº 274.0/2016** - que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Ecos da Esperança, de Joinville, referente ao exercício de 2015", exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OFÍCIO Nº 0255.7/2016** - que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação FloripAmanhã de Florianópolis, referente ao exercício de 2015", exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Deputado Dirceu Dresch que passou a relatar o **PL./0138.7/2016** - que "Declara de utilidade pública a Associação São Francisco de Assis de Bocaina do Sul", exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar eu, secretário da Comissão, Jero dos Passos Espíndola, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Serafim Venzon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às onze horas, na Sala de Imprensa, sob a presidência do Senhor Deputado Gean Loureiro, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, referente à 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. A Ata da reunião anterior foi lida e aprovada por unanimidade. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados: Ricardo Guidi, Gabriel Ribeiro, João Amim Neodi Saretta, Cesar Valduga e Dalmo Claro. O Presidente registrou a presença do Deputado Leonel Pavan, Deputado Maurício Skudlark e representantes da FACISC e SENAC. Havendo quórum regimental, o senhor **Presidente** Gean Loureiro abriu a reunião, agradecendo a presença de todos e apresentou a sinopse da correspondência. Em votação o Ofício nº 001/2016 da AMOCAR, Associação de Moradores e Amigos do Carianos, encaminhando Ata da reunião deliberativa da diretoria da AMOCAR, e comunidade do Carianos e confirmando posição da comunidade em relação ao traçado de acesso ao novo Aeroporto Hercílio Luz da Ilha de Santa Catarina, foi aprovado por unanimidade. Também discussão para a realização do VII Seminário de Educação Ambiental do GETEA-RH08 - ano internacional das leguminosas, que ocorrerá em 03 de junho de 2016, das 8h às 18h, no Auditório Antonieta de Barros. Sendo aprovado por unanimidade. Ato contínuo, ofício 079/2016, solicitando realização de Audiência Pública, junto as comunidades e órgãos de segurança nas quatro regiões de Florianópolis (Sul e Leste, Norte, Centro e Bacia do Itacorubi, Continente, assim como diagnosticar a atual situação e possível soluções para o problema do crescente número de crimes na região de Florianópolis. Sendo aprovado por unanimidade. Em seguida foram colocadas em votação as seguinte proposições. PL/0565.0/2015, do Senhor Deputado Manoel Mota, que "Inclui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a festa de Nossa Senhora Aparecida do Município de Treze de Maio. Sendo aprovado por unanimidade. PL/209.5/2015, do Senhor Deputado Neodi Saretta, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei 14.262, de 2007, que "Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais", para isentar os Municípios de Santa Catarina do pagamento das taxas referentes ao licenciamento para instalação e manutenção de cemitérios. Sendo aprovado por unanimidade. PL/0071.5/2015, do Senhor Deputado Dirceu Dresch, que "Estabelece limites para plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica e adota outras providências". Sendo colocado em votação, concedido pedido de vistas ao Deputado Gabriel Ribeiro. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra a Vice-Presidente da FACISC, senhora Magda Bez que ressaltou o trabalho que as associações empresariais tem feito em relação ao turismo. Com a palavra o senhor Deputado Maurício Skudlark agradeceu a presença de todos e destacou a participação e os trabalhos da FACISC e da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Com a palavra, o senhor Dep. Joao Amim destacou o trabalho do grupo de eventos da Secretaria de Turismo e agradeceu a presença de todos os presentes na reunião. Em seguida o senhor Deputado Dalmo Claro destacou a pouca exploração do potencial turístico e a importância da coordenação dos diversos setores e de legislação que possibilitem uma melhor exploração deste potencial. Com a palavra, o senhor Deputado Gabriel Ribeiro destacou que o turismo da serra catarinense precisa ser valorizado. O presidente Gean Loureiro registrou a presença do senhor Deputado Leonel Pavan e passou a palavra ao senhor Deputado Cesar Valduga, que ressaltou a importância de buscar parcerias para o Turismo. Em seguida o senhor Deputado Leonel Pavan enalteceu os trabalhos realizados pelo Presidente Gean Loureiro na Comissão de Turismo. Ressaltou que a indústria do turismo precisa ser fomentada e discutida diariamente e que é um segmento no Estado em que todos são beneficiados com a temporada. Comentou ainda que o Estado carece de investimentos em muitos setores. Com a palavra, o senhor Deputado Gean Loureiro informou que com relação a roteirização da cerveja, houve discussão com representantes de cervejarias artesanais e foi apro-

vado um substitutivo para o Projeto de Lei na ALESC, entretanto a Procuradoria do Estado vetou o artigo que previa que nas festas em que tivesse recursos públicos, destinar-se-ia 10% para as cervejarias artesanais, nos locais onde as festas fossem realizadas. Salientou ainda que os Deputados da Comissão poderiam pautar e reverter o veto, o que traria grande estímulo para as cervejarias catarinenses. Com a palavra, a representante do SENAC - sra Flavia Dinomenico - Consultora do Programa SENAC Turismo e Gastronomia, apresentou a metodologia do Projeto de Roteirização das Rotas das Cervejas Artesanais de SC". Em seguida, o senhor Presidente da Comissão sugeriu a FACISC que participasse de todas as reuniões da Comissão, como acontece no Conselho Estadual de Turismo. Salientou que a Comissão precisa da proximidade de comunicação e sugeriu aos Deputados uma agenda de visita as sedes regionais da FACISC para apresentação dos trabalhos realizados pela Comissão.. Em seguida pediu que se aprovasse um grande debate com o Conselho Estadual de Turismo na ALESC, para que este possa apresentar e discutir o papel daquela Instituição. Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente** agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão, Caroline Cristina Cardoso Ramos, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Gean Loureiro

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1266/2016, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 021/2016, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Aquisição de câmeras fotográficas.

Item Único

RESTOU DESERTO

Florianópolis, 10 de agosto de 2016

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 659/16

Ofício nº 008/2016

Palhoça, 08 de agosto de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Desportiva, Cultural Recreativa Pedra Branca, de Palhoça, referente ao exercício de 2015.

Altamir Jorge Bressiani

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/08/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 660/16

Ofício nº 015/2016

São João do Itaperiú, 04 de agosto de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Serviços Sociais Voluntários de São João do Itaperiú (Bombeiros Voluntários de São João do Itaperiú), referente ao exercício de 2015.

Rodrigo Francisco Caetano

Comandante

Lido no Expediente

Sessão de 09/08/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 661/16

Ofício nº 059/2016

Major Vieira, 18 de julho de 2016

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Major Vieira (APAE), referente ao exercício de 2015.

Solange Ap. Waldmann

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/08/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 662/16

Ofício nº 048/2016 Balneário Camboriú, 13 de julho de 2016
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos do Autismo do Litoral de Santa Catarina (AMA), em Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2015.

Lino Carlos Franzoi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 663/16

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Abelardo Luz, referente ao exercício de 2015.

Evandro Rprdrigo Biondo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 664/16

Luis Alves, 30 de junho de 2016
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Voluntários de Luís Alves (AVOLA), referente ao exercício de 2015.

Alessandra Turozzi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 665/16

Massaranduba, 20 de abril de 2016
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba, referente ao exercício de 2015.

Adilson Pedro Mais
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/08/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 666/16

Ofício nº 83/2016 Gaspar, 10 de julho de 2016
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Gaspar, referente ao exercício de 2015.

Jorge Luis Dellarosa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 667/16

Florianópolis, 04 de agosto de 2016
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição de Caridade e Apoio ao Desamparado (ICAD), de Florianópolis, referente ao exercício de 2015.

Osmarina Maria da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/16

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1372, de 10 de agosto de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARIO PELUSO ALBA**, matrícula nº 8292, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Agosto de 2016 (Gab Dep Nilso Jose Berlanda).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1373, de 10 de agosto de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR DJENANE ZUNINO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilso Jose Berlanda - Blumenau).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1374, de 10 de agosto de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR VANESSA RAKEL BYLAARDT para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso - Guaramirim).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 0004.2/2016**

Modifica a alínea "f" do inciso XI do Art. 83 e o *caput* do art. 85 da Constituição do Estado de Santa Catarina, acrescentando a ação direta de constitucionalidade.

Art. 1º Fica modificado a alínea "f" do inciso XI do Art. 83 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art. 83

f) as ações diretas de inconstitucionalidade e as ações declaratórias de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais contestados em face desta Constituição;"

Art. 2º Fica modificado o art. 85 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art.85 São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade e as ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal contestado em face desta Constituição:"

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider
PMDB

Deputado Antonio Aguiar
PMDB

Deputado Ismael dos Santos
PSD

Deputado Dirceu Dresch
PT

Deputado Valmir Comin
PP

Deputado Neodi Saretta
PT

Deputado Ivan Naatz
PDT

Deputado Darci de Matos
PSD

Lido no Expediente

Sessão de 10/08/16

Deputado Ana Paula Lima
PT

Deputado José Nei Alberton Ascari
PSD

Deputado Dalmo Claro
PMDB

Deputado Fernando Coruja
PMDB

Deputada Luciane Carminatti
PT

Deputado Natalino Lázare
PR

Deputado Padre Pedro Baldissera
PT

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Constitucional tem por objetivo acrescentar a possibilidade de se propor perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina a ação declaratória de constitucionalidade nos moldes dos art. 102, I, "a" e art. 103, caput da Constituição Federal.

A Constituição do Estado de Santa Catarina pelo princípio constitucional da simetria pode ter os mesmos direitos assegurados na Carta Magna, e neste caso, há uma ação constitucional prevista em âmbito nacional que esta omissa em nossa Constituição.

Assim, visando assegurar mais direitos de ação constitucional proponho que a inclusão na Constituição Estadual da ação declaratória de constitucionalidade.

*** X X X ***

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 0005.3/016

Altera o art. 47 da Constituição Estadual, para estabelecer a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito por iniciativa popular.

Art. 1º O § 3º do art. 47 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47.

§ 3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Assembleia, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores, serão constituídas mediante:

I - requerimento de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Assembleia; ou

II - proposta de, pelo menos, 2,5% (dois e meio por cento) do eleitorado estadual, distribuído por, no mínimo, 40 (quarenta) municípios, com não menos de 1,0% (um por cento) dos eleitores de cada um deles.

..... "(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Fernando Coruja
PMDB

Deputado Antonio Aguiar
PMDB

Deputado Ismael dos Santos
PSD

Deputado Valdir Cobalchini
PMDB

Deputado Rodrigo Minotto
PDT

Deputado Aldo Schneider
PMDB

Deputado Ana Paula Lima
PT

Deputado Dirceu Dresch
PT

Deputado Dalmo Claro
PMDB

Deputada Luciane Carminatti
PT

Deputado Natalino Lázare
PR

Deputado Doutor Vicente
PSDB

Deputado Roberto Salum
PRB

Deputado Mauro de Nadal
PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 10/08/16

Deputado Fernando Vampiro
PMDB

Deputado Serafim Venzon
PSDB

JUSTIFICATIVA

Esta iniciativa pretende tornar plausível que a população, mediante as mesmas regras insculpidas no inciso IV do art. 49 da Constituição Estadual - que trata da possibilidade da população manifestar-se para apresentação de Propostas de Emenda à Constituição - possa mobilizar-se no sentido de propor a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito da Assembleia Legislativa.

A extensão de poderes à sociedade civil para tal fim vem, nesse diapasão, ampliar sua capacidade de controle externo e permitir, de modo mais efetivo, a fiscalização dos agentes políticos e públicos.

Em face da importância da medida, apelo aos senhores Deputados no sentido de aprová-la, para tornar ainda mais transparente a relação entre os eleitos, o eleitorado e a Administração Pública.

Deputado Fernando Coruja

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0251.7/2016

Institui a Unidade Fiscal Padrão do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Unidade Fiscal Padrão do Estado de Santa Catarina (UFP/SC), expressa em moeda corrente nacional e fixada em R\$ 75,28 (setenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Parágrafo único. A Unidade Fiscal Padrão será atualizada anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º A Unidade Fiscal Padrão servirá de base para o cálculo de multas e penalidades relativas à legislação tributária, de débitos fiscais e de quaisquer outras multas, penalidades e débitos previstos na legislação estadual para com o Estado e suas autarquias e fundações públicas, bem como para cálculo da respectiva atualização monetária.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017.

Sala das Sessões,

Deputado Patrício Destro

Lido no Expediente

Sessão de 10/08/16

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei tendente a instituir a Unidade Fiscal Padrão do Estado de Santa Catarina (UFP/SC).

A Unidade Fiscal Padrão atualizará monetariamente valores e servirá de base para o cálculo de multas e penalidades relativas à legislação tributária, bem como de débitos fiscais e de quaisquer outras multas, penalidades e débitos previstos na legislação estadual.

Registre-se que a presente proposta não viola o princípio constitucional da separação dos Poderes, uma vez que não interfere na organização e no funcionamento do Poder Executivo, bem como não acarreta aumento da despesa pública.

Pelo exposto, considerando a relevância da medida e o atendimento do interesse público, é que contamos com o apoio dos nobres Pares.

Deputado Patrício Destro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0252.8/2016

Inclui a Romaria e Festa em honra a Nossa Senhora de Caravaggio, no Distrito de Caravaggio, pertencente ao Município de Nova Veneza, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica incluída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Romaria e a Festa em honra a Nossa Senhora de Caravaggio, realizada, anualmente, no Município de Nova Veneza.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após a data de sua publicação.
Sala das Sessões,
Deputado Rodrigo Minotto

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/16

JUSTIFICATIVA:

Polo de turismo religioso do município, o Santuário Diocesano de Nossa Senhora de Caravaggio é meta de peregrinação durante todo o ano.

Sempre na última semana de maio, acontece a tradicional romaria em honra a Nossa Senhora de Caravaggio que demonstra a fé e devoção trazida pelos imigrantes italianos no final do século XIX.

Milhares de fiéis acompanham a tradição que existe desde 1951, de se dirigir a pé até o Santuário. A cada edição a Romaria vem atraindo um número maior de peregrinos, sendo considerada a maior festa religiosa do sul do Estado de Santa Catarina.

No ano de 2012 recebeu o prêmio IMPAR, como a festa mais lembrada do sul catarinense.

No ano final do ano de 2014, esta Casa Legislativa aprovou o Projeto de Lei n. 349.5/2013, de autoria do Deputado Valmir Comin, que posteriormente foi transformado na Lei 16.324, de 20/01/14, que instituiu o Dia Estadual de Nossa Senhora de Caravaggio, a ser comemorado no dia 26 de maio, e reconheceu o respectivo santuário como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina.

Por todo o exposto, a inclusão da honrosa festa merece a inclusão no calendário oficial de eventos deste Estado, especialmente por se tratar de Nossa Senhora de Caravaggio, que reconhecidamente concede graças aos seus devotos.

Deputado Rodrigo Minotto

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0253.9/2016

Inclui a Festa da Gastronomia Típica Italiana, do Município de Nova Veneza, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica incluída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Festa da Gastronomia Típica Italiana, realizada, anualmente, no Município de Nova Veneza.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após a data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rodrigo Minotto

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/16

JUSTIFICATIVA:

Intitulada Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana, Nova Veneza realiza anualmente, por ocasião dos festejos de colonização e emancipação da cidade, a Festa da Gastronomia.

O evento é um saboroso tributo à culinária dos imigrantes italianos. Durante os dias de festa, ocorrem diversas atrações culturais, como concursos musicais, shows com atrações regionais e locais, desfiles e serviços de comida típica.

Toda a comunidade neoveneziana se mobiliza para bem servir aos visitantes que se fartam com a boa comida típica italiana, arte, história, diversão e magia da região.

Deputado Rodrigo Minotto

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0254.0/2016

Inclui o *Carnavale di Venezia*, ocorrido no Município de Nova Veneza, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica incluído no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina o *Carnavale di Venezia* realizado, anualmente, no Município de Nova Veneza.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após a data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rodrigo Minotto

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/16

JUSTIFICATIVA:

Como o nome insinua, o *Carnavale di Venezia* é um baile realizado durante a Festa da Gastronomia, que retrata exatamente o Carnaval de Veneza, na Itália.

O mistério envolve os participantes que vêm de várias partes do país e alguns países ao redor do mundo, em busca do charme e

autenticidade de uma das festas populares mais tradicionais do mundo.

Com trajes e máscaras coloridas, os personagens se divertem dançando em meio ao público da festa, ao som da tradicional música italiana.

Muitas das máscaras usadas no baile foram trazidas da Itália, e a maior parte é confeccionada em Nova Veneza.

O *Carnavale di Venezia* inicia com uma concentração dos foliões trajados a caráter na Praça Humberto Bortoluzzi, centro da cidade, de onde partem para um desfile pelas ruas da cidade em direção ao local da Festa da Gastronomia.

Dada a importância cultural e amplitude de destaque do evento, conto com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação desta matéria.

Deputado Rodrigo Minotto

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0255/16

Dispõe sobre a verificação do rendimento e controle de frequência dos estudantes que tenham sido eleitos para funções em entidades estudantis.

Art. 1º No âmbito do Estado de Santa Catarina, as instituições de ensino fundamental, médio e superior, públicas e privadas, estabelecerão em seus regimentos normas específicas para verificação do controle de frequência e do rendimento escolar dos estudantes que tenham sido eleitos para funções de direção em entidades estudantis, de forma a assegurar a reposição de conteúdos e possibilidade de horários e períodos de provas que sejam compatíveis com suas atividades, observando-se o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 2º São vedadas as seguintes condutas aplicadas aos estudantes em atividades das entidades estudantis:

I - a atribuição de falta injustificada quando as atividades exigirem o afastamento do ambiente escolar ou acadêmico;

II - a expulsão em virtude do exercício de suas funções, opiniões, palavras e votos;

III - o cancelamento de bolsas ou financiamentos.

Parágrafo único. As vedações dos incisos I, II e III têm início a partir do registro da candidatura a cargo de representação ou direção estudantil e, na hipótese de ser o estudante eleito, até um ano após o final do mandato.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Valduga

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/16

Justificativa

"A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo" (Nelson Mandela). E, complemento: violar a liberdade de movimentos estudantis é violar direitos e garantias fundamentais previstos em nossa Constituição Federal.

"A juventude sempre cumpriu - e cumpre - um papel importante na História dos povos. No Brasil, também é assim. Selecionamos alguns momentos importantes em que os estudantes organizados se posicionaram, defendendo os direitos de nossa sociedade, transformando a realidade em que viviam e contribuindo ativamente na construção de um país melhor. E fizeram História.

1710 - Quando mais de mil soldados franceses invadiram o Rio de Janeiro, uma multidão de jovens estudantes de conventos e colégios religiosos enfrentou os invasores, vencendo-os e expulsando-os.

1786 - Doze estudantes brasileiros residentes no exterior fundaram um clube secreto para lutar pela Independência do Brasil. Alguns estudantes desempenharam papel fundamental para o acontecimento da Inconfidência Mineira.

1827 - Foi fundada a primeira faculdade brasileira, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Este foi o primeiro passo para o desenvolvimento do movimento estudantil, que logo integrou as campanhas pela Abolição da Escravatura e pela Proclamação da República.

1897 - Estudantes da Faculdade de Direito da Bahia divulgaram, através de um documento escrito, as atrocidades ocorridas em Canudos (BA).

1901 - Fundação da Federação de Estudantes Brasileiros, que iniciou o processo de organização dos estudantes em entidades representativas.

1914 - Estudantes tiveram participação significativa na Campanha Civilista de Rui Barbosa, ocorrida em meados do século 20, e na

Campanha Nacionalista de Olavo Bilac, promovida durante a 1ª Guerra Mundial.

1932 - A morte de quatro estudantes (MMDC - Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) inspirou a revolta que eclodiu na insurreição de São Paulo contra o Governo Central (Revolução Constitucionalista).

1937 - Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), a entidade brasileira representativa dos estudantes universitários.

1952 - Primeiro Congresso Interamericano de Estudantes, no qual se organizou a campanha pela criação da Petrobrás - "O Petróleo é Nosso".

1963/64 - Os estudantes foram responsáveis por um dos mais importantes momentos de agitação cultural da história do país. Era a época do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, que produziu filmes, peças de teatro, músicas, livros e teve uma influência, que perdura até os dias de hoje, sobre toda uma geração.

1964 - Em 1º de abril, o Golpe Militar derrubou o presidente João Goulart. A partir daí foi instituída a ditadura militar no Brasil, que durou até o ano de 1985. Neste período as eleições eram indiretas, sem participação direta da população no processo de escolha de presidente e outros representantes políticos.

Os estudantes formavam uma resistência contra o regime militar, expressando-se por meio de jornais clandestinos, músicas e manifestações, apesar da intensa repressão.

1968 - Em março, morre o estudante Edson Luís, assassinado por policiais no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. No congresso da UNE, em Ibiúna, os estudantes reuniram-se para discutir alternativas à ditadura militar. Houve invasão da polícia, muitos estudantes foram presos, mortos ou desapareceram, evidenciando a repressão e a restrição à liberdade de expressão que eram características desse período. Em junho deste ano ocorre a passeata dos Cem Mil, que reuniu artistas, estudantes, jornalistas e a população em geral, em manifesto contra os abusos dos militares.

Em dezembro, durante o governo do general Arthur da Costa e Silva, foi assinado e decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5) que cassou a liberdade individual, acabando com a garantia de Habeas Corpus da população.

1979 - As entidades estudantis começam a ser reativadas. Acontece a primeira eleição por voto direto na história da UNE, quando é eleito o presidente baiano Rui César Costa e Silva.

1984 - "1,2,3,4,5 mil. Queremos eleger o presidente do Brasil!!!!" Diretas Já! - movimento da população, com participação fundamental dos estudantes e dos políticos progressistas, para a volta das eleições diretas para presidente no Brasil. O congresso votou a favor das eleições indiretas e Tancredo Neves foi nomeado presidente para o próximo mandato (a partir de 1985). Ficou decidido que as próximas eleições, em 1989, seriam diretas. Depois de 34 anos de eleições indiretas Fernando Collor de Melo é eleito presidente".

1992 - Acontecem sucessivas manifestações nas ruas contra a corrupção no governo, dando início ao movimento de estudantes chamado Caras Pintadas, na campanha "Fora Collor". Após enormes manifestações estudantis com repercussão em todo o país, o presidente renunciou ao cargo para não sofrer processo de impeachment pelo Congresso Nacional.

Outras bandeiras dos movimentos estudantis foi contra o privilégio as instituições particulares de ensino, com o sucateamento das universidades públicas e atrito constante com professores, funcionários e estudantes das federais de todo o país, além dos estudantes serem contra os abusos nas mensalidades do ensino particular e o "Provão", sistema de avaliação institucional aplicado sobre as universidades brasileiras.

O ano de 1999 marca a retomada do trabalho cultural dos estudantes com a realização da 1ª Bienal da UNE. Os estudantes avançam em suas reivindicações, defendendo a reforma universitária, com aumento do acesso e permanência dos jovens brasileiros no ensino superior. Em 2004, foram realizadas duas caravanas da UNE por diversos Estados do país levando aos estudantes temas como a própria reforma e também a cultura.

Neste novo milênio, mais especificamente em 2013, o movimento estudantil teve ações decisivas, como a participação central na histórica onda de manifestações brasileiras, a partir do mês de junho, reivindicando mais direitos e mudanças na estrutura da sociedade, a exemplo da reforma política, com o fim do financiamento de empresas a campanhas como principal reivindicação.

O ProUni, o Fies e a Lei de Cotas foram a porta de entrada, em faculdades privadas e federais, de milhões de estudantes oriundos da escola pública, em sua maioria negros, pardos e indígenas,

historicamente excluídos do ambiente acadêmico. Em 2014, o movimento estudantil conquista a aprovação do Plano Nacional de Educação com garantia do investimento de 10% do PIB para o setor. No mesmo ano, também foram obtidas a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

Atualmente, acontece a mobilização pela criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior, para que o Estado brasileiro possa fiscalizar as instituições de ensino com mais rigor e eficiência, além de outras importantes campanhas, como "Quem Entrou Quer Ficar", que defende a expansão da assistência estudantil; e a "Educação Não é Mercadoria", que pede a redução do reajuste da mensalidade das universidades particulares para o índice da inflação e o combate à desnacionalização do ensino superior.

Essas são algumas ações dos movimentos estudantis, inclusive consolidadas nos princípios do Estatuto da Juventude segundo o qual: o Estado e a sociedade devem promover a participação juvenil na elaboração de políticas públicas para juventude e na ocupação de espaços públicos de tomada de decisão como forma de reconhecimento do direito fundamental à participação.

Os seguintes dispositivos do Estatuto da Juventude expressam e garantem, de alguma forma, a participação do jovem estudante nos espaços políticos decisórios e de promoção de políticas públicas: art. 2º, II e III e parágrafo único; art. 3º, II, III; art. 4º, III; art. 12º; art. 21º; art. 22º, I; art. 34º, II; art. 42º, II; art. 43º, II; art. 45º, VI e VII.

Por fim destacamos os princípios contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu art. 1º assim dispõe:

"A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". (gf)

Pensamos que a proposta legislativa é fundamental para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico estadual, sistematizando direitos, obrigações e diretrizes aos estudantes que tenham sido eleitos para exercerem atividades em entidades estudantis sem prejuízo de sua formação escolar ou acadêmica, tendo, assim, por justificado o encaminhamento para aprovação do Projeto de Lei em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Deputado Cesar Valduga

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0256.1/2016

Denominação de Alair Maria Stapait o auditório da Escola de Educação Básica Maria Rita Flor, no município de Bombinhas.

Art. 1º Fica denominado Alair Maria Stapait o auditório da Escola de Educação Básica Maria Rita Flor, no município de Bombinhas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 10/08/16

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos eminentes Pares deste Parlamento visa atribuir a denominação de Alair Maria Stapait o auditório da Escola de Educação Básica Maria Rita Flor, no município de Bombinhas.

A homenageada, nascida em 08 de agosto de 1932, natural de Porto Belo, sempre participou ativamente das lutas ambientais, ações comunitárias e foi catequista durante muitos anos, tendo deixado a todos que a conheceram claras lembranças de uma cidadã de postura irretocável.

Pela coragem de voltar para escola aos 69 anos, formanda da primeira turma do ensino médio da EEB Maria Rita Flor, motivadora de seus colegas e esforçada participante das atividades escolares, é sem dúvida, merecedora da homenagem que se pretende prestar.

Dona Dinha, como era conhecida na cidade, faleceu em 27 de agosto de 2009, aos 72 anos, deixando aos seus familiares e à população o testemunho de uma pessoa extremamente dedicada, ativa e generosa.

Assim, diante da justiça do pleito solicitado aos nobres Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***